===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 30 DE JULHO DE 2013:** *Aos trinta dias do mês de Julho do ano dois mil e treze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares**, **Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal**, **Dr. António Isidro Marques Figueiredo**, **Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques**, **Eng.º Joaquim Jorge Ferreira**, **Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira**, **Dra. Ana Maria de Jesus Silva e Hélder Martinho Valente Simões**.* =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 9h e 40m.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Pelo Senhor Presidente foi dado início ao período de antes da ordem do dia, tendo usado da palavra o Vereador Helder Simões para questionar qual o ponto de situação do edifício Praça da Cidade, se há condições para a entrega do referido edifício no dia 01 de Agosto ao concorrente vencedor do concurso público, questionando ainda se o outro concorrente reclamou. O Vereador Dr. Ricardo Tavares respondeu que não teve conhecimento de qualquer reclamação na audiência prévia, contudo vai indagar junto dos serviços se essa situação ocorreu. Disse também que já teve reuniões com o arrendatário no sentido de dar início ao proposto, salientando que o contrato de arrendamento vai iniciar no dia 01 de Agosto, embora o edifício possa não estar aberto durante o mês de Agosto. Ainda relativamente a este assunto o Senhor Presidente disse que recebeu uma reclamação por parte do concorrente preterido, reclamação essa que leu muito cuidadosamente e chegou à conclusão que muitos dos pontos da reclamação foram assuntos tratados em sede de uma reunião de Câmara. Continuando a sua intervenção o Vereador Helder Simões questionou quais os valores que estão a ser dispensados na repavimentação da rede viária, ao que o Senhor Presidente respondeu que já foi publicado o ajuste direto. O Senhor Presidente disse ainda que quando se avança com uma repavimentação que não é completa é necessário fazer medições e quando o trabalho estiver concluído vai dar conhecimento do valor gasto na requalificação de cada rua. Seguidamente o Vereador Helder Simões questionou qual o ponto de situação do processo de*

candidatura do Centro de Interpretação do Vidro, ao que o Vereador Dr. Ricardo Tavares respondeu que estão na fase final da apresentação de propostas e que depois vão analisá-las cuidadosamente. Quanto ao Crasto de Ossela o Vereador Helder Simões disse que sempre foi dito que a Câmara Municipal não tinha conhecimento das obras em curso, no entanto a população de Ossela diz que foram as máquinas da autarquia que estiveram no terreno. O Senhor Presidente disse que não tinha conhecimento dessa situação. Informou ainda que a pedido da Direção Regional de Cultura do Norte todas as obras que vão ser realizadas no Crasto de Ossela vão ser acompanhadas pelo arqueólogo do município. Para terminar a sua intervenção o Vereador Helder Simões questionou se o estudo da Quartnaire existe ou não, dado que anda a solicitar uma cópia do mesmo há mais de seis porque gostava de analisar esse estudo que custou ao município € 80.000 (oitenta mil euros). O Senhor Presidente garantiu que o estudo existe e que se fizerem uma análise vão ver que gastaram € 80.000 (oitenta mil euros) mas tiveram de retorno € 12.000.000,00 (doze milhões de euros). Seguidamente usou da palavra a Vereadora Dra. Gracinda Leal, para destacar alguns eventos realizados: - “A Europa na Freguesia», iniciativa esta que aconteceu no âmbito do programa municipal do Ano Europeu dos Cidadãos 2013 e que pretendeu ser um espaço de tertúlia sobre as questões da cidadania europeia: - 20/07: 1.º Encontro dos clubes seniores do município que já aderiram à rede concelhia, no Parque Urbano do Cercal; - 26/07: Dia Metropolitano dos Avós, no pavilhão das Travessas, em S. João da Madeira. No uso da palavra o Vereador Eng.º Joaquim Jorge disse que era necessário infraestruturar a zona industrial da Costa Má, freguesia de S. Roque, preocupação já manifestada pelo autarca da freguesia. Esta é uma freguesia onde a indústria do calçado tem relevância, pelo que é necessário rever esta situação para que esta zona industrial não seja desclassificada. O Vereador Dr. Ricardo Tavares esclareceu que quando aprovaram o projeto da zona industrial já sentiram a necessidade de organizar esta zona e infraestruturá-la, no entanto não apareceram interessados para que tal acontecesse. Frisou que enquanto não existir a infraestruturação esta zona industrial corre riscos de passar a uma zona rural, fazendo votos que até 2014 se inicie o processo de infraestruturação desta zona para que isso não aconteça. Continuando a sua intervenção o Vereador Eng.º Joaquim Jorge disse que o Partido Socialista não tem qualquer responsabilidade pelas obras levadas a cabo no Castro de Ossela. Disse ainda que esta situação não foi despoletada pelos Vereadores do PS mas sim por três jovens arqueólogos oliveirenses. Dado que estão a falar de património defende que todas as obras de recuperação agora levadas a cabo sejam acompanhadas pelo arqueólogo da autarquia. Seguidamente o Vereador Eng.º Joaquim Jorge referiu que na visita que fizeram ao hospital S. Miguel, ou foi dito a ambos os partidos coisas diferentes ou então interpretaram de forma diferente, porque o que foi dito é que até ao final do ano não tinham que se preocupar e que seria tudo resolvido. Frisou que a autarquia tem que estar muito atenta à possibilidade de encerramento ou esvaziamento de valências daquele hospital. Os Vereadores do PS saíram dessa reunião preocupados. O Senhor Presidente esclareceu que numa reunião de trabalho que teve com o Senhor Secretário de Estado e com o Presidente da ARS Norte ficou decidido que o

Hospital de S. Miguel não ia encerrar, antes pelo contrário iriam ser feitos investimentos para pequenas adaptações. O Vereador Eng.º Joaquim Jorge questionou qual o valor gasto nas obras do novo estaleiro municipal, pois na altura falaram em € 5.000 (cinco mil euros), valor este que lhe parece insignificante para as obras que estão a ser levadas a cabo. Questionou também qual o ponto de situação das reclamações apresentadas pelos moradores e como é que essas reclamações estão a ser atendidas. O Vereador Dr. Ricardo Tavares disse que ainda no dia anterior esteve reunido com os condomínios dos três blocos para ouvir alguns dos problemas e tentar corrigi-los. Os moradores manifestaram a sua preocupação quanto à deposição de alguns materiais junto aos edifícios, como por exemplo areias, por causa do pó, ao que lhes foi respondido que podiam ficar descansados quanto a esta situação; questionaram também relativamente às máquinas existentes, tendo-lhes sido dito que algumas dessas máquinas eram para abate. Foi-lhes dito também que a autarquia vai colocar manilhas na vala de água existente e que houve um excesso de obras durante o mês de Julho devido à deslocação de materiais e equipamentos o que acabou por importunar, mas agora vai voltar tudo à normalidade. Ainda relativamente a este assunto o Senhor Presidente disse que houve um ritmo de trabalho intenso que pode ter provocado algum incómodo, mas agora está tudo normalizado, tendo os moradores sido informados de que quando se sentirem incomodados com alguma coisa reportassem essa situação imediatamente à autarquia. O Vereador Eng.º Joaquim Jorge fez ainda dois registos: 23.º aniversário de elevação de Carregosa a Vila e 23.º aniversário do Rancho Folclórico Cravos e Rosas. O Senhor Presidente disse que se congratulava com a perceção que existe da vida e da vitalidade do movimento associativo. Para terminar a sua intervenção saudou os candidatos à autarquia de Oliveira de Azeméis, nomeadamente a recente da candidatura do Dr. Miguel Portela pelo CDS/PP, fazendo votos que todos tenham a oportunidade de debater com elevação os problemas do município. Usando da palavra o Vereador Dr. Pedro Marques referiu que André Correia foi o vencedor do concurso «Azeméis Jovem 2013», que decorreu no concelho de Oliveira de Azeméis até ao dia 10 de julho. O desafio, lançado pela Câmara Municipal aos jovens fotógrafos amadores entre os 14 e os 35 anos de idade, teve como objetivo aproximar o público ao concelho, através da fotografia, enquanto forma de expressão artística e dinâmica. O Vereador Dr. Pedro Marques disse que este tipo de concurso são importantes para os jovens ficarem mais conectados com as iniciativas que se desenvolvem no âmbito da juventude, pois os jovens são fulcrais na afirmação da identidade de Oliveira de Azeméis e, prova disso, são as imagens apresentadas a concurso que expressão a cultura e a tradição do concelho. Cada participante apresentou um total de três fotografias a concurso (uma por tema: costumes e tradições; gentes e locais; juventude e tempos livres). Com menção honrosa ficaram Mariana Santos e Pedro Coutinho com os trabalhos «Marchas populares» e «Curiosas» respetivamente. Destacou também os seguintes eventos: - Torneio de Futsal; - a Câmara Municipal abriu as suas portas à solidariedade para a aquisição de uma cadeira de rodas para a “Menina Cassandra”; - Festa do Porco Preto, iniciativa promovida pela Tasquinha Alentejana, em Cucujães; - Festa anual da Sociedade Columbófila de

Oliveira de Azeméis, sociedade esta que tem prestigiado o desporto; - Funzone, foi dado todo o destaque daquilo que se vai fazendo na arte e cultura do município. Seguidamente usou da palavra o Vereador Dr. Isidro Figueiredo para se associar às saudações que foram proferidas relativamente aos candidatos à Câmara Municipal, mas também estender essas saudações aos candidatos às Freguesias. Continuando a sua intervenção o Vereador Dr. Isidro Figueiredo disse que fizeram uma visita à “Casa da Mónica” e puderam verificar que as obras já estão concluídas, obra esta de qualidade para a qual muitos contribuíram. O Vereador Dr. Isidro Figueiredo deu nota do encerramento do IX Curso de enfermagem da Escola Superior da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis. Referiu que esta escola ao longo dos anos tornou-se uma escola superior de referência e que continua a ter um projeto de alargamento a outras valências, tonando-se numa Escola Superior de Saúde. Para terminar deu conhecimento do festival de folclore de Adães, assim como do festival de folclore da associação “A Chama” e em Nogueira do Cravo, o que demonstra uma grande envolvimento das associações nas festas populares das suas freguesias. No uso da palavra o Vereador Dr. Manuel Alberto lembrou os prejuízos provocados pelas intempéries nas margens do Caima, questionando se vão requalificar ou não aquele espaço ainda este ano, ao que o Senhor Presidente respondeu que vai enviar por email as intervenções previstas no local. Continuando a sua intervenção o Vereador Dr. Manuel Alberto referiu que a Casa Museu Regional está a atravessar um período bastante difícil a nível financeiro, no que diz respeito ao pagamento das dívidas à segurança social e às finanças. Era importante que estas dívidas fossem pagas, houvesse um plano de pagamentos que fosse capaz de suprir estes pagamentos pontuais. Disse ainda que a autarquia tem de dar o seu contributo para a Casa Museu poder resolver o problema. O Senhor Presidente disse que têm acompanhado este processo com toda a atenção e procurado encontrar soluções, nomeadamente um plano de pagamentos. O Senhor Presidente acrescentou que também tem agendada uma reunião com a direção do NAC para fazerem um plano de pagamentos para fazer face à resolução de alguns dos problemas do clube. Para finalizar o Vereador Dr. Manuel Alberto congratulou-se pelo desempenho excepcional do jovem Abílio Valente, que se sagrou Campeão Nacional de Boccia. O Senhor Presidente disse que este jovem ia ser homenageado com uma receção na autarquia. Disse ainda que é importante realçar o espírito de ambição deste jovem que já não é só a nível nacional mas também europeu. Usando da palavra o Vereador Dr. Ricardo Tavares deu nota da realização do II Festival de Rock de Selores, em Ossela, com a célebre cerveja “A Vadia”, evento juvenil mas para todas as idades. Esta é uma forma da empresa realizar alguma atividade importante para a região e para a freguesia de Ossela. Esta é uma empresa cujo produto já começa a ter uma grande procura, que leva os seus produtores a começar a produzir em maior quantidade. Este é um produto “Made in Azeméis”.

===== **ORDEM DO DIA (ARTº 87º)** =====

===== **DESPACHOS PROFERIDOS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS E/OU SUBDELEGADAS:** *Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro o Senhor Presidente e os Vereadores com competências delegadas e/ou subdelegadas, informaram a Câmara Municipal dos despachos proferidos no âmbito daquele instituto, no período compreendido entre os dias dezasseis e trinta do corrente mês, despachos esses exarados nos documentos que integram os respetivos procedimentos administrativos e que constam das relações que ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. =====*

===== **APROVAÇÃO DE ATAS:** *O Senhor Presidente colocou à votação a ata número 109, a qual foi aprovada por unanimidade. =====*

===== **EDUCAÇÃO** =====

===== **MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA DO BREJO – S. MARTINHO DA GÂNDARA (I/59628/2013):** *Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Educação e Tempos livres, consignadas designadamente, nas alíneas d) e f) do n.º1 do art.º 13º, art.19º e art.º 21º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - As competências em matéria de planeamento e gestão de equipamentos educativos, designadamente, no domínio da construção, apetrechamento e manutenção dos Estabelecimentos Escolares do Ensino Básico, e do apoio ao desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa – previstas na alínea b) do n.º1, e n.º3, alínea e) do art.º 19.º do citado diploma; - Que as associações de pais são parceiros do Município no esforço de criação de condições e contextos mais adequados ao sucesso educativo das crianças, concretizando plataformas de colaboração, articulação e apoio à educação, no sentido da potencialização de recursos e da mobilização da sociedade civil; - O disposto na alínea l) do n.º 1 e f) nº 2 do art.º 64º e art.º 67.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho: - A aprovação da minuta de Protocolo a celebrar com a Associação de Pais da Escola do Brejo – S. Martinho da Gândara, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; com o compromisso de fundo disponível número 2849/2013, conforme estabelece a Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” No uso da palavra o Vereador Dr. Manuel Alberto questionou o que leva a transferir a verba para as associações de pais quando é o município que tem a tutela das escolas. Frisou que caso haja mais tarde algum problema a autarquia não pode imputar essa responsabilidade às associações de pais que vão contratualizar a obra. Disse que o município tem de ter uma prática diferente porque corre o risco de ter as associações de pais como executores de obras que são da responsabilidade do município. Questionou ainda qual a justificação que leva a que tenham*

esta forma de gerir o parque escolar através das associações de pais. O Senhor Presidente esclareceu que quando vão fazer uma visita às escolas são confrontados quase sempre com a situação de que se a Câmara Municipal fizer isto a associação de pais faz aquilo. As associações de pais é que muitas vezes pedem ajuda à autarquia para fazer requalificações e fazem um trabalho extraordinário, mas não estão a substituir ninguém. Seguidamente usou da palavra o Vereador Dr. Manuel Alberto para dizer que toda a gente sabe o enorme dinamismo das associações de pais do município. Querem assumir-se como parceiros, como parte da solução e não do problema. Em nenhuma situação estão a transferir as competências do município para as associações de pais. Referiu ainda que as associações de pais fazem várias atividades, angariam verbas que depois querem despende para requalificar a escola, que muitas das vezes não é suficiente e daí o apoio da Câmara Municipal. Os projetos são sempre feitos por técnicos da autarquia. O Vereador Dr. Isidro Figueiredo disse que a autarquia não se demite das suas responsabilidades, mas assumem as associações de pais como parceiros. Usando novamente da palavra o Vereador Dr. Manuel Alberto disse que se uma escola não tiver uma associação de pais reivindicativa então o município não vai intervir nessa escola. Relativamente a esta matéria disse que têm que ser muito claros, pois é muito interessante no final do mandato fazerem este tipo de situações, dado que esta não é uma prática corrente. O Vereador Dr. Isidro Figueiredo esclareceu que a Câmara Municipal apoia todas as associações de pais que tenham esta boa vontade de requalificar as escolas e o facto de esta situação só ocorrer nesta altura deve-se à disponibilidade financeira do momento. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO DE ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA EBI DA PONTE – S. TIAGO DE RIBA-UL (I/59755/2013): *Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Educação e Tempos livres, consignadas designadamente, nas alíneas d) e f) do n.º1 do art.º 13º, art.19º e art.º 21º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - As competências em matéria de planeamento e gestão de equipamentos educativos, designadamente, no domínio da construção, apetrechamento e manutenção dos Estabelecimentos Escolares do Ensino Básico, e do apoio ao desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa – previstas na alínea b) do n.º1, e n.º3, alínea e) do art.º 19.º do citado diploma; - Que as associações de pais são parceiros do Município no esforço de criação de condições e contextos mais adequados ao sucesso educativo das crianças, concretizando plataformas de colaboração, articulação e apoio à educação, no sentido da potencialização de recursos e da mobilização da sociedade civil; - O disposto na alínea l) do n.º 1 e f) nº 2 do art.º 64º e art.º 67.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho: - A aprovação da minuta de Protocolo a celebrar com a Associação de Encarregados de Educação da EB 1 da Ponte (Santiago de Riba Ul), documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, com o compromisso de*

fundo disponível número 2854/2013, conforme estabelece a Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.”Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS DE PINHEIRO DA BEMPOSTA, TRAVANCA E PALMAZ (I/59636/2013): Pelo Vereador Dr.

Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Educação e Tempos livres, consignadas designadamente, nas alíneas d) e f) do n.º1 do art.º 13º, art.19º e art.º 21º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - As competências em matéria de planeamento e gestão de equipamentos educativos, designadamente, no domínio da construção, apetrechamento e manutenção dos Estabelecimentos Escolares do Ensino Básico, e do apoio ao desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa – previstas na alínea b) do n.º1, e n.º3, alínea e) do art.º 19.º do citado diploma; - Que as associações de pais são parceiros do Município no esforço de criação de condições e contextos mais adequados ao sucesso educativo das crianças, concretizando plataformas de colaboração, articulação e apoio à educação, no sentido da potencialização de recursos e da mobilização da sociedade civil; - O disposto na alínea l) do n.º 1 e f) nº 2 do art.º 64º e art.º 67.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho: - A aprovação da minuta de Protocolo a celebrar com a Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; com o compromisso de fundo disponível número 2841/2013, conforme estabelece a Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA EBI/ JARDIM DE INFÂNCIA DO PICOTO – CUCUJÃES (I/59702/2013): Retirado para melhor análise. =====

===== CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES =====

===== RATIFICAÇÃO DAS NORMAS DE PARTICIPAÇÃO DO PROJETO “ARTE NO FEMININO” (I/58510/2013): Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1) Compete à camara municipal no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva recreativa ou outra

(art.º 64.º n.º 4 alínea b) do DL 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações); 2) São anuláveis os atos administrativos praticados com ofensa dos princípios ou normas jurídicas aplicáveis para cuja violação se não preveja outra sanção; 3) A ratificação sanção é o ato administrativo através do qual o órgão competente para a prática de determinado ato administrativo procede à sanção de um vício seu, relativo à respetiva competência, forma ou formalidade. O ato ratificante tem como efeito, na ordem jurídica, substituir o ato ratificado. A ratificação é um ato administrativo secundário (da categoria dos atos sanadores). 4) Já a ratificação confirmativa (através do qual um órgão normalmente competente em determinada matéria exprime a sua concordância com um ato praticado por um órgão excepcionalmente competente nessa matéria) é um ato secundário inserido na categoria dos atos integrativos. 5) Em caso de incompetência, o poder de ratificar o ato cabe aos órgão competente para a sua prática. Desde que não tenha havido alteração ao regime legal, a ratificação, reforma e conversão retroagem os seus efeitos à data dos atos a que respeitam (art.º 17.º do CPA); 6) A comemoração do Dia Internacional da Mulher a 8 de março, veio chamar a atenção para a importância e o contributo da Mulher na sociedade desempenhando vários papéis, sendo mãe, esposa, profissional e dona de casa ao mesmo tempo. Esta flexibilidade para viver e lidar com as obrigações do quotidiano fazem dela uma verdadeira heroína. 7) O Município de Oliveira de Azeméis, através da Secção de Gestão e Animação de Equipamentos Socio Culturais, promoveu a realização de uma exposição de pintura cuja abertura teve lugar no Dia Internacional da Mulher; 8) A referida exposição pretendeu: a) Assinalar, através da Arte, o Dia Internacional da Mulher homenageando e recordando a importância do género feminino na sociedade; b) Sensibilizar para o papel e dignidade da Mulher e consciencializar para o valor da pessoa. 9) Por despacho de 28/02/13 foram definidas as regras de participação na referida exposição; 10) Nos termos das normas, e por sorteio, foi atribuído um apoio monetário no valor de 500,00€ à autora do quadro, Tânia Costa Ramalho. Propõe-se: A ratificação das normas de participação do projeto “Arte no Feminino”, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, nos termos e para os efeitos do art.º 137.º do CPA.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== ACÇÃO SOCIAL =====

===== PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/58890/2013): Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos e Ações Sócio-Habitacionais, em que da análise social dos requerimentos de apoio ao arrendamento, se verifica que reúnem os requisitos necessários para beneficiarem do apoio, propõe-se o seguinte: - Ao abrigo da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro artigo 64.º n.º 4.º alínea c) com a nova redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro e do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a atribuição de um apoio económico mensal com início

no mês de agosto de 2013, em conformidade com o quadro abaixo, que integra dos respetivos números de compromisso de fundo disponível:

Nome	Freguesia	Nº Contribuinte	Valor Apoio	N.º EPEF	Nº Compromisso de Fundo Disponível
Sílvio Tavares Loureiro	Loureiro	174 432 089	€60,00	1428	2817
Maria Manuela Almeida Pinho	S. Roque	173 992 838	€40,00	1429	2818
Maria Palmira da Silva	S. Roque	168 600 234	€52,50	1430	2819
Maria Aldina Azevedo Correia	S. Roque	174 008 953	€67,50	1431	2820
Bárbara de Jesus Oliveira	O. azeméis	171 167 724	€80,00	1432	2821
Maria Helena Pina Moreira Costa	Cesar	171 977 734	€50,00	1433	2822
Raimundo Ferreira Assunção	Cucujães	171 973 267	€60,00	1435	2823
Sandra Marina Lopes Jubilado Monteiro	Cucujães	217 512 801	€80,00	1436	2824
Flora de Oliveira Leal	Cucujães	171 027 531	€60,00	1437	2825
Valdemar de Almeida Figueiredo	Loureiro	190 542 250	€45,00	1449	2826

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/58903/2013):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos Sócio-habitacionais, relativa à renovação dos pedidos de apoio ao arrendamento ao abrigo do Regulamento Municipal, propõe-se: - Ao abrigo da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro artigo 64.º n.º 4.º alínea c) com a nova redação introduzida pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro e do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a renovação dos apoios, em conformidade com o quadro abaixo, que integra os respetivos números de compromisso de fundo disponível:

Nome	Nº Contribuinte	Valor Apoio	Valor da Renovação	Data da renovação	N.º Compromisso de Fundo Disponível
Margarida Costa Marinho	134 513 576	€ 70,00	€ 70,00	Junho	435
Álvaro Portal Santos Paiva	208 125 116	€ 52,50	€ 52,50	Agosto	227
António Conceição	154 673 366	€ 35,00	€ 35,00	Agosto	246
Gracinda Lourenço da Silva	171 925 955	€ 50,00	€ 50,00	Agosto	352
Máximo dos Santos Simão	153 934 115	€ 87,50	€ 87,50	Agosto	432
Maria Conceição Carvalho Sousa	134 418 964	€ 87,50	€ 87,50	Agosto	403
Maria Clarisse Jesus Bastos	116 683 899	€ 70,00	€ 70,00	Agosto	407

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE CESSAÇÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/58902/2013)**: Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos Sócio-habitacionais, no âmbito da cessação dos apoios ao arrendamento ao abrigo do Regulamento Municipal, propõe-se: - Ao abrigo do disposto no artigo 8.º e n.º 4 do artigo 11.º do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a cessação dos seguintes apoios: - Por não apresentarem requerimento de candidatura para renovar o referido apoio: Paulo Jorge da Rocha Almeida e Clarinda Cardoso de Oliveira, com efeitos a partir do mês de Agosto de 2013; - Por já não cumprir os requisitos regulamentares para beneficiar do apoio: José Sousa Almeida, com efeitos a partir do mês de Agosto de 2013, tendo sido em tempo providenciado o não pagamento do apoio respeitante a este mês; - Deixou de viver em habitação de renda passando a viver com um filho: Maria de Jesus da Silva, com efeitos a partir do mês de Junho de 2013, tendo sido em tempo providenciado o não pagamento respeitante a este mês.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR COM O INSTITUTO PADRE ANTÓNIO VIEIRA (GEPE) (I/59037/2013)**: Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O drama social do desemprego crescente, com particular impacto nos jovens e nos desempregados de longa duração; - O processo de isolamento, desmotivação e depressão que sofrem muitos desempregados, processo que provoca elevado sofrimento e que dificulta o regresso à vida ativa; - Que é opção estratégica deste Município de Oliveira de Azeméis apoiar pessoas desempregadas através da metodologia dos Grupos de Entreatajuda na Procura de Emprego, proponho: Ao abrigo da alínea b) n.º 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º5-A/2001, de 11.01, que seja aprovada a minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar com o Instituto Pe. António Vieira, que visa o estabelecimento de uma parceria com vista a permitir, designadamente o desenvolvimento coordenado e cooperante dos Grupos de Entreatajuda para a Procura de Emprego (GEPE), documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO – NÚCLEO REGIONAL DO NORTE (I/59022/2013)**: Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A estratégia deste Município em trabalhar na linha da prevenção e promoção de estilos de vida saudáveis, em prol do desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida e da saúde dos seus munícipes; - O interesse na crescente oferta de serviços que se apresentem como uma mais-valia nesta área, através de parcerias de interesse relevante para o cumprimento de

tais objetivos, os quais são também ressaltados no documento de Diagnóstico Social da Rede Social ao nível do Município Saudável; - A importância de educar e sensibilizar a população para hábitos e escolhas de vida saudáveis; - As atribuições dos municípios consignadas nos artºs 13º e 23º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, conjugados com o art.º 64º, n.º 4º, alínea c) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proponho: Ao abrigo da alínea c) n.º 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, que seja aprovada a minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar com a Liga Portuguesa contra o Cancro – Núcleo Regional do Norte, que visa o desenvolvimento de ações de planeamento, realização e avaliação conjuntas, de atividades a implementar nas áreas de Educação para a Saúde, respeitantes à Prevenção de Cancro e à Promoção de Estilos de Vida Saudáveis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO** =====

===== **ALARGAMENTO TRIENAL DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO “IRISH ROQUE CAFÉ” – APROVAÇÃO (I/56977/2013):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - De acordo com o artigo 13.º, n.º 1 do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, a Câmara Municipal poderá alargar os limites fixados no Regulamento referido; - O presente requerimento refere-se a um pedido de alargamento trienal de horário, do estabelecimento denominado “Irish Roque Café” sito na Rua de Sourzac, Edifício da Junta de Freguesia – S. Roque, o qual tem como atividade principal Serviço de Bar-café, para a prática do horário das 12.00H até às 02.00H de domingo a quinta-feira e das 12.00H até às 04.00H às sextas, sábados e vésperas de feriado. - O processo encontra-se instruído com a documentação exigida no artigo 13.º do Regulamento de Mapas de Horário. - Não existe qualquer tipo de denúncia relativamente a ruídos do referido estabelecimento. Pelo exposto, submeta-se a presente situação à Câmara Municipal para decisão do pedido supra-referido.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **RENOVAÇÃO DE ALARGAMENTO TRIENAL DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO “WORTEN” – APROVAÇÃO (I/58477/2013):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - De acordo com o artigo 13.º, n.º 1 do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, a Câmara Municipal poderá alargar os limites fixados no

Regulamento referido; - O presente requerimento refere-se a um pedido de alargamento trienal de horário, do estabelecimento denominado “Worten - Equipamentos para o Lar, S.A.” sito na Avenida Ferreira de Castro - Galeria Comercial Modelo – Oliveira de Azeméis, o qual tem como atividade principal de comércio de equipamento para o lar, para a prática do horário das 09.00H até às 22.00H todos os dias da semana. - O processo encontra-se instruído com a documentação exigida no artigo 13.º do Regulamento de Mapas de Horário. - Não existe qualquer tipo de denúncia relativamente a ruídos do referido estabelecimento. Pelo exposto, submeta-se a presente situação à Câmara Municipal para decisão do pedido supra-referido.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== APROVAÇÃO DE MINUTA DE ACORDO DE CEDÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO – CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DA RECOLHA, TRATAMENTO E REJEIÇÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS (I/59057/2013): *Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 5 de julho do ano corrente foi celebrado Contrato de Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e da recolha, tratamento e rejeição de águas residuais no município de oliveira de Azeméis, com a Indaqua Oliveira de Azeméis - Gestão de Águas de Oliveira de Azeméis, S.A; - Que por força do mesmo, a mesma entidade obriga-se a estabelecer uma estrutura de pessoal que tenha por base inicial a estrutura que atualmente estava afeta aos atuais Serviços Públicos de Águas e Saneamento de Oliveira de Azeméis e lhe permita dar satisfação aos objetivos propostos e às exigências do Contrato; - O teor da cláusula 16ª do contrato, que prevê a possibilidade de integração de trabalhadores dos Serviços de água identificados no Anexo 16 do mesmo; - O disposto no artigo 58.º da Lei n.º 12 A/2008, de 27 de fevereiro, o qual é aplicável à Administração Local pelo Decreto - Lei n.º209/2009, de 03 de setembro (art.º 11º); - Que neste âmbito se desenvolveram paralelamente procedimentos de articulação e comunicação com os trabalhadores em causa e o próprio Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL), que comunicou concordância com a minuta de Acordo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, proponho, assim: A aprovação da minuta de Acordo de Cedência de interesse público (genérica), documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar no âmbito da Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e da recolha, tratamento e rejeição de águas residuais no Município de Oliveira de Azeméis.”No uso da palavra a Vereadora Dra. Ana de Jesus disse que os Vereadores do PS se iam abster dado que este contrato não cumpre o caderno de encargos. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com quatro votos a favor dos Vereadores do PSD, o voto a favor do Senhor Presidente e quatro abstenções dos Vereadores do PS, aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM O MUNICÍPIO DE ESTARREJA (I/59056/2013):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A aprovação pelo Município de Oliveira de Azeméis e Município de Estarreja do Projeto de Alargamento e Beneficiação da Rua do Coxo, freguesia de Avanca, Estarreja / Rua do Fojo, freguesia de Loureiro, Oliveira de Azeméis, onde se inclui a execução da rede de abastecimento de água; - Que o Município de Oliveira de Azeméis possui rede de abastecimento de água instalada até àquela rua; - Que face à localização do arruamento, em zona limítrofe ao Município de Oliveira de Azeméis, pretende-se que a rede de abastecimento de água instalada no mesmo, seja ligada ao sistema público municipal de abastecimento de água do MOA, de modo a assegurar o abastecimento do mesmo; - A necessidade de abastecimento de água naquela via, manifestada pelos munícipes (Consumidores dos dois municípios);- Que com uma só intervenção, permitir-se-á a execução da referida rede, o alargamento e a beneficiação da Rua do Coxo/Fojo, racionalizando-se os meios e os recursos recíprocos, para a prossecução de um fim comum; - Os antecedentes e compromissos entre o Município de Oliveira de Azeméis (MOA) e o Município de Estarreja, na prossecução destes objetivos recíprocos, mesmo anteriormente à concessão da exploração do serviço público de abastecimento de água; - Que o encargo dele resultante se encontra assegurado com compromisso de fundo disponível n.º2838/2013, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, a nestes municípios, proponho: - A aprovação da presente minuta de Protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com o Município de Estarreja, nos termos e condições nela constantes, com a condição de: a ADRA – Águas da Região de Aveiro, que é a empresa concessionária e a quem cabe no âmbito da Concessão, o abastecimento de água aos munícipes que residem na Rua do Coxo, freguesia de Avanca, município de Estarreja, por esta integrar a concessão, reconhecer a propriedade do Município de Oliveira de Azeméis sobre a rede de abastecimento de água executada ao abrigo deste projeto/ protocolo e a comunicar que não se opõe ao fornecimento de água aos munícipes localizados nesta área do município de Estarreja e que estão na área da concessão, nos termos e condições correspondentes ao regime tarifário praticado no município de O. Azeméis, diretamente pelo MOA ou pela concessionária – Indaqua Oliveira de Azeméis- Gestão de águas de Oliveira de Azeméis, S.A..” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **FINANÇAS E CONTABILIDADE** =====

===== **AUTORIZAÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIO DE TERRAS DE SANTA MARIA (I/59232/2013):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com a deliberação tomada na reunião do Executivo de 31/08/2007, submeto as Transferências a

efetuar para participação nas despesas da AMTSM, evidenciadas nas seguintes Faturas: Fatura nº 114/2013: 2.110,37€ - Transferências Correntes de Junho de 2013; Fatura nº 115/2013: 2.317,43€ - Transferências de Capital de Junho de 2013; Fatura nº 124/2013: 1.554,80€ - Transferências Correntes relativas a funcionamento do CIAMTSM de Junho de 2013; Fatura nº 131/2013: 762,60€ - Transferências Correntes "Contratação de um Operador Regional de Televisão para Promoção e Divulgação do EDV" de Junho de 2013. Os encargos resultantes da presente proposta de deliberação estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromissos de fundo disponível os nºs 2827, 2828, 2829 e 2831, conforme determina a Lei nº8/2012 de 21 de Fevereiro." Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO =====

===== APROVAÇÃO DE ALINHAMENTOS E RECUOS A SALVAGUARDAR NA AV. FRANCISCO TAVARES E RUAS CONSELHEIRO EDUARDO SERPA PIMENTEL E ALÍPIO BRANDÃO, FREGUESIA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, AO ABRIGO DO N.º 2 DO ARTIGO 26.º DO REGULAMENTO DO PDM13 (I/59203/2013): Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - a implementação do PDM13, nomeadamente no que concerne às orientações municipais para estabelecimento de alinhamentos e recuos da edificação; - o estudo desenvolvido pela Divisão Municipal de Planeamento e Projetos para a Av. Francisco Tavares e ruas Conselheiro Eduardo Serpa Pimentel e Alípio Brandão constante no I/59190/2013, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao abrigo das disposições do artigo 26º do regulamento do PDM13, proponho a aprovação do estudo de alinhamento e recuo a salvaguardar em causa, face às atribuições municipais conferidas pelas disposições conjugadas e constantes no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na sua atual redação, no n.º 2 do artigo 26º do regulamento do PDM13, e ainda da alínea d) do n.º 7 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== APROVAÇÃO DE ALINHAMENTO A SALVAGUARDAR PARA A VIA SEM SAÍDA QUE ENTRONCA COM A RUA AIDO DO ALÉM, FREGUESIA DE PINDELO, AO ABRIGO DO N.º 2 DO ARTIGO 26.º DO REGULAMENTO DO PDM13 (I/59061/2013): Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - a implementação do PDM13, nomeadamente no que concerne às orientações municipais para estabelecimento de alinhamentos e recuos da edificação; - o estudo desenvolvido pela Divisão Municipal de Planeamento e Projetos para a via sem saída que entronca com a Rua Aido do Além constante no I/59060/2013, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de

atas, ao abrigo das disposições do artigo 26º do regulamento do PDM13, proponho a aprovação do estudo de alinhamento e recuo a salvaguardar em causa, face às atribuições municipais conferidas pelas disposições conjugadas e constantes no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na sua atual redação, no n.º 2 do artigo 26º do regulamento do PDM13, e ainda da alínea d) do n.º 7 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== APROVAÇÃO DE ALINHAMENTOS E RECUOS A SALVAGUARDAR NAS RUAS DOS SALGUEIROS, ALTO DO CASTANHEIRO, PEREIRO E TRAVESSA DOS SALGUEIROS, FREGUESIA DE PINDELO, AO ABRIGO DO N.º 2 DO ARTIGO 26.º DO REGULAMENTO DO PDM13 (I/59063/2013):

Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - a implementação do PDM13, nomeadamente no que concerne às orientações municipais para estabelecimento de alinhamentos e recuos da edificação; - o estudo desenvolvido pela Divisão Municipal de Planeamento e Projetos para as ruas dos Salgueiros, Alto do Castanheirinho, Pereiro e Travessa dos Salgueiros constante no I/59062/2013, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao abrigo das disposições do artigo 26º do regulamento do PDM13, proponho a aprovação do estudo de alinhamento e recuo a salvaguardar em causa, face às atribuições municipais conferidas pelas disposições conjugadas e constantes no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na sua atual redação, no n.º 2 do artigo 26º do regulamento do PDM13, e ainda da alínea d) do n.º 7 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== APROVAÇÃO DE ALINHAMENTO E RECUO A SALVAGUARDAR PARA A RUA DE MEIRAIS, FREGUESIA DE S. ROQUE, AO ABRIGO DO N.º 2 DO ARTIGO 26.º DO REGULAMENTO DO PDM13 (I/59059/2013):

Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - a implementação do PDM13, nomeadamente no que concerne às orientações municipais para estabelecimento de alinhamentos e recuos da edificação; - o estudo desenvolvido pela Divisão Municipal de Planeamento e Projetos para a Rua de Meirais constante no I/58606/2013, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao abrigo das disposições do artigo 26º do regulamento do PDM13, proponho a aprovação do estudo de alinhamento e recuo a salvaguardar em causa, face às atribuições municipais conferidas pelas disposições conjugadas e constantes no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na sua atual redação, no n.º 2 do artigo 26º do regulamento do PDM13, e ainda da alínea d) do n.º 7 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de

Janeiro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **APROVAÇÃO DE ALINHAMENTO E RECUO A SALVAGUARDAR PARA A RUA PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO JOAQUIM FERREIRA DA SILVA E OUTRAS, FREGUESIA DE VILA DE CUCUJÃES, AO ABRIGO DO N.º 2 DO ARTIGO 26.º DO REGULAMENTO DO PDM13 (I/59058/2013):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - a implementação do PDM13, nomeadamente no que concerne às orientações municipais para estabelecimento de alinhamentos e recuos da edificação; - o estudo desenvolvido pela Divisão Municipal de Planeamento e Projetos para a Rua Professor Doutor António Joaquim Ferreira da Silva, Avenida João Pinto Bessa, Rua Banda de Música de Cucujães e Rua Dona Lucinda Brandão constante no I/58948/2013, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao abrigo das disposições do artigo 26º do regulamento do PDM13, proponho a aprovação do estudo de alinhamento e recuo a salvaguardar em causa, face às atribuições municipais conferidas pelas disposições conjugadas e constantes no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na sua atual redação, no n.º 2 do artigo 26º do regulamento do PDM13, e ainda da alínea d) do n.º 7 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PARECER PRÉVIO NÃO VINCULATIVO DO PROJETO "CAMINHO LITERÁRIO DE FERREIRA DE CASTRO - PARQUE DE MERENDAS E AÇUDE" – EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL DO PROJETO (I/59254/2013):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Na sequência da deliberação municipal de 21 de maio de 2013 (I/39536/2013), apresenta-se a segunda e última parte do projeto "Caminhos Literários Ferreira de Castro", relativa à execução da beneficiação de percursos pedonais e cicláveis. Este projeto decorre de uma candidatura à ADRITEM que a Junta de Freguesia de Ossela tem em curso, traduzindo igualmente as disposições previstas no PDM13 para os percursos pedonais identificados na Planta de Ordenamento, e regulados pelo artigo 17º do regulamento do PDM13. O projeto em anexo dá cumprimento às disposições do PDM13 bem como ao conteúdo dos pareceres externos constantes nos I/16877/12 e I/36014/12, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Nos termos do n.º 2 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, as operações urbanísticas promovidas por autarquias locais encontram-se isentas de licenciamento, mas estão sujeitas a parecer prévio não vinculativo da câmara municipal. Face ao exposto proponho a emissão de parecer favorável ao projeto apresentado em anexo, I/58951/2013, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== PATRIMÓNIO =====

===== RETIFICAÇÃO DA ESCRITURA DE AQUISIÇÃO DA PARCELA N.º 86 – ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE LOUREIRO (I/53650/2013): Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 18 de maio de 2012, foi lavrada escritura de compra e venda da parcela 86 - AAE; - Verificada a existência de divergência entre a área constante na escritura (659,65m²) e a área realmente ocupada de 960,95 m², urge corrigir a área constante da escritura, adquirindo-se a área restante (também ocupada) de 301,30m², do prédio rústico inscrito na matriz sob o 3470, da Freguesia do Loureiro, descrito na Conservatória do Registo Predial, sob o número 3626, área esta a adquirir pelo valor de € 433,87 (quatrocentos e trinta e três euros e oitenta e sete cêntimos), prédio este pertencente a Manuel de Almeida, para o domínio privado do Município (Área de Acolhimento Empresarial); - O teor da informação interna n.º I/48996/2013, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, da Divisão Municipal de Planeamento e projetos, quanto aos trâmites da negociação com os identificados proprietários; - A necessidade de cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos, proponho: - Que se proceda à retificação da escritura de aquisição da identificada parcela, passando da mesma a constar que a área total adquirida é de 960,95m² pelo valor total de 1383.77€, correspondendo ao número de compromisso de fundo disponível 2836/2013 (sendo o n.º compromisso no valor de 433,87 €, correspondendo ao diferencial de área de 301,30m² (ocupada) a formalizar mediante escritura.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== AQUISIÇÃO DA PARCELA N.º 91 – ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE LOUREIRO (I/59049/2012): Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - Que em 31 de Janeiro de 2012, foi publicada no Diário da República 2º Série, N.º22, a Retificação da Declaração de Utilidade Pública de terrenos abrangidos pelo Plano de Urbanização da Zona Industrial de Loureiro e destinados à criação da Área de Acolhimento Empresarial; - A intenção manifestada de ceder ao Município de Oliveira de Azeméis, uma parcela de terreno com a área de 2329,13m², do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 3610, da Freguesia do Loureiro, descrito na Conservatória do Registo Predial, sob o número 1997, pelo valor total de € 5333,71 (cinco mil trezentos e trinta e três euros e setenta e um cêntimos), pelo Sr. Pedro Alexandre Gonçalves Cabral, para o domínio privado do Município (Área de Acolhimento Empresarial); - O teor da informação interna n.º I/4469/2013, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, da Divisão Municipal de Planeamento e projetos, quanto aos trâmites da negociação com o identificado proprietário; possuindo compromisso de fundo disponível número 2835/ 2013, conforme estabelece a Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho,

proponho: - *Que se proceda à aquisição da identificada parcela, sita na Freguesia de Loureiro, a destacar do prédio rustico inscrito na matriz sob o art.º 3610, ao identificado proprietário, pelo preço constante da informação técnica, destinando-se a mesma à Área de Acolhimento Empresarial de Loureiro, para o domínio privado do Município.*” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **AQUISICÃO DA PARCELA N.º 92 – ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE LOUREIRO (I/58754/2012):** *Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 31 de Janeiro de 2012, foi publicada no Diário da República 2º Série, N.º22, a Retificação da Declaração de Utilidade Pública de terrenos abrangidos pelo Plano de Urbanização da Zona Industrial de Loureiro e destinados à criação da Área de Acolhimento Empresarial; - A intenção manifestada de ceder ao Município de Oliveira de Azeméis, uma parcela de terreno com a área de 268, 67m2, do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 3612, da Freguesia do Loureiro, descrito na Conservatória do Registo Predial, sob o número 1852, pelo valor total de €615,25 (seiscentos e quinze euros e vinte e cinco cêntimos), pelo Sr. Mário Alves de Pinho, para o domínio privado do Município (Área de Acolhimento Empresarial); - O teor da informação interna n.º I/51650/2013, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, da Divisão Municipal de Planeamento e Projetos, quanto aos trâmites da negociação com o identificado proprietário; possuindo compromisso de fundo disponível número 1219/2013, conforme estabelece a Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, proponho: - Que se proceda à aquisição da identificada parcela, sita na Freguesia de Loureiro, a destacar do prédio rústico inscrito na matriz sob o art.º 3612, ao identificado proprietário, pelo preço constante da informação técnica, destinando-se a mesma à Área de Acolhimento Empresarial de Loureiro, para o domínio privado do Município.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **AQUISICÃO DE PARCELA SITA NA FREGUESIA DE LOUREIRO (I/59238/2013):** *Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A intenção manifestada de ceder ao Município de Oliveira de Azeméis, uma parcela de terreno com a área de 80,65 m2, do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 3589, da Freguesia do Loureiro, descrito na Conservatória do Registo Predial, sob o número 01217/131095, pelo valor total de € 201,63 (duzentos e um euros e sessenta e três cêntimos), pela Sr.ª Vera Lúcia Oliveira de Azevedo Moreira, contribuinte fiscal n.º 187 523 592, para o domínio privado do Município; - O teor da informação interna n.º I/58880/2013, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, da Divisão Municipal de Planeamento e Projetos, quanto aos trâmites da negociação com a identificado proprietária, referindo ser necessária à execução de passeio de via prevista na empreitada AAE-UI; possuindo compromisso de fundo disponível número 2837/2013, conforme estabelece a Lei n.º8/2012, de*

21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, proponho: - Que se proceda à aquisição da identificada parcela, sita na Freguesia de Loureiro, a destacar do prédio rustico inscrito na matriz sob o art.º 3589, à identificada proprietária, pelo preço constante da informação técnica, destinando-se a mesma para o domínio privado do Município.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **AQUISICÃO DAS PARCELAS NºS 1, 1-A E 2 – PARQUE DO CERCAL-CAMPUS PARA A INOVAÇÃO, COMPETITIVIDADE E EMPREENDEDORISMO QUALIFICADO (I/59427/2013):**

Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 19 de novembro de 2012, foi publicada no Diário da República 2º Série, N.º223, a Declaração de Utilidade Pública n.º 242/2012 - Parque do Cercal – Campus para a Inovação, Competitividade e Empreendedorismo Qualificado; - A intenção manifestada de ceder ao Município de Oliveira de Azeméis, as seguintes parcelas de terreno: a) Parcela 1: com a área de 324, 50 m2, do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 19; da Freguesia de Santiago de Riba Ul, descrito na Conservatória do Registo Predial, sob o número 620, pelo valor total de € 1.784,75 (mil setecentos e oitenta e quatro euros e setenta e cinco cêntimos); b) Parcela 1- A: com a área de 417,80 m2, do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 1601, da Freguesia de S. Roque, descrito na Conservatória do Registo Predial, sob o número 571, pelo valor total de € 2.715,70 (dois mil, setecentos e quinze euros e setenta cêntimos); b) Parcela 2: com a área de 522,60 m2, do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 21, da Freguesia de Santiago de Riba Ul, omissso na Conservatória do Registo Predial, pelo valor total de € 1.567,80 (mil quinhentos e sessenta e sete euros e oitenta cêntimos); pelo Sr. Joaquim Pereira da Silva (contribuinte n.º 176 260 366) e esposa Maria Idalina Dias Godinho Neves Silva (contribuinte n.º 168 940 833), para o domínio privado do Município (Parque do Cercal – Campus para a Inovação, Competitividade e Empreendedorismo Qualificado); - O teor da informação interna n.º I/39795/2013, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, da Divisão Municipal de Planeamento e projetos, quanto aos trâmites da negociação com os identificados proprietários; possuindo compromisso de fundo disponível número 2834/2013, conforme estabelece a Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, proponho: - Que se proceda à aquisição das identificadas parcelas, a destacar dos prédios rústicos atrás identificados aos identificados proprietários, pelos preços constante da informação técnica e documentos anexos, destinando-se as mesmas ao Parque do Cercal – Campus para a Inovação, Competitividade e Empreendedorismo Qualificado, para o domínio privado do Município.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. ==

===== **EMPREITADAS** =====

===== **EMPREITADA DE “PARQUE DO CERCAL – CAMPUS PARA A INOVAÇÃO, COMPETITIVIDADE E EMPREENDEDORISMO QUALIFICADO” – AUTO N.º 10 TC (I/59107/2013)**: *Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “Costa & Carvalho, S.A.”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º 10 no valor de € 159.661,33 (cento e cinquenta e nove mil seiscientos e sessenta e um euros e trinta e três cêntimos), ao qual acresce o IVA. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo, autorizando assim o seu pagamento.* =====

===== **OUTROS** =====

===== **MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM O CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ENTRE O DOURO E VOUGA (I/59863/2013)**: *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A qualificação da população constitui uma prioridade estratégica, tendo em vista a promoção do crescimento económico e da coesão social do país; - Importa assegurar as condições necessárias para que os jovens e os adultos possam reforçar e ver reconhecidas as suas qualificações, tendo em consideração as prioridades identificadas ao nível da evolução do mercado de trabalho e da prossecução de objetivos de inclusão social; - A constituição de parcerias locais assume uma importância muito significativa em termos da definição e operacionalização de estratégias conjuntas de resposta ao reforço das qualificações dos jovens e dos adultos com vista a melhorar as respetivas condições de empregabilidade, proponho: Ao abrigo da alínea c) n.º 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, que seja aprovada a minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar com o Centro de Emprego e Formação Profissional de Entre Douro e Vouga, que visa a dinamização de respostas no domínio da educação-formação, com vista ao reforço das qualificações escolares e profissionais da população jovem e adulta, nos territórios da área de influência das partes envolvidas, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PROPOSTA DE CEDÊNCIA PELA MOP (MULTIMÉDIA OUTDOORS PORTUGAL) DE TRÊS ESTRUTURAS PUBLICITÁRIAS ADJUDICADAS NO ÂMBITO DA HASTA PÚBLICA EM CONTRAPARTIDA PELA ISENÇÃO DAS RESPETIVAS TAXAS (I/59046/2013)**: *Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1- A Empresa MOP – Multimédia Outdoors Portugal possui, no âmbito da Hasta Pública no Procedimento para o Direito e Ocupação de Espaço Público com Painéis Publicitários concessionados 9 locais destinados à fixação de estruturas publicitárias – Outdoor’s; 2- Pelo requerimento E/37491/2012, documento este que fica arquivado em pasta*

anexa ao livro de atas, a Empresa MOP, propôs a realização de protocolo de cedência de três estruturas/painéis para uso próprio da Câmara Municipal em 2013 em contrapartida da isenção do respetivo preço. A três estruturas a ceder localizam-se na Rua Actor Alfredo Ferreira Silva (Santiago de Riba-ul), Lugar das Mangas – EN 327-1 (Cucujães), e na Rua Dr. Aníbal Beleza (Madail); 3- A presente proposta, resulta da ausência de clientes/interessados nas referidas estruturas; 4- Pretende a MOP evitar a desmontagem dos suportes publicitários. Pois, prevê que o mercado do Outdoor recupere e volte a funcionar em pleno; 5- A pretensão da MOP será de aplicação somente para 2013 e a situação seria reavaliada no final de 2013, para vigência em 2014; 6- Nos termos do previsto nas Regras Gerais do procedimento de Hasta Pública no Procedimento para o Direito e Ocupação de Espaço Público com Painéis Publicitários, o prazo do direito de ocupação de espaço público é de um ano, renovável por mais dois anos, mediante requerimento do interessado e pagamento do respetivo preço; 7- Isto é, caso não seja requerida a renovação e pago o preço respetivo, extingue-se o direito de ocupação de espaço público; 8- Os painéis que não foram arrematados na hasta pública, poderão ser adjudicados pelo valor do painel adjudicado localizado numa relação de maior proximidade, a requerimento do interessado, nos termos do previsto nas Regras Gerais do procedimento de Hasta Pública para no Procedimento para o Direito e Ocupação de Espaço Público. 9- O procedimento de hasta pública e as regras gerais e específicas é omissas no que diz respeito à adjudicação de painéis publicitários não renovados; 10- Entende-se que o procedimento para estes painéis deverá ser o mesmo que se aplica no caso de não arrematação na hasta pública. Exceção ao preço, que deverá corresponder ao preço em que este foi licitado inicialmente com as atualizações devidas nos termos do procedimento de hasta pública; 11- A interpretação e resolução de situações omissas são da competência da Câmara Municipal nos termos do procedimento de hasta pública. Isto é, compete à Câmara Municipal decidir sobre a omissão de procedimento de posterior adjudicação de locais concessionados não renovados. Nestes termos, proponho que o Órgão Executivo delibere aprovar: - A assinatura de protocolo de cedência de três estruturas/painéis para uso próprio da Câmara Municipal em 2013 em contrapartida da isenção do respetivo preço dos painéis publicitários para o ano de 2013 conforme proposto pelo Requerimento E/37491/2013, com a seguinte condição; - A Câmara Municipal a todo o tempo poderá ordenar a remoção das estruturas pela MOP e proceder à sua alienação se durante o período de vigência do protocolo de cedência surgir algum interessado na sua adjudicação. - Caso a empresa MOP, ou outro interessado, pretenda a utilização ou adjudicação do local (conforme previsto no requerimento apresentado) o preço a vigorar será o correspondente ao preço da hasta pública para o local atualizado nos termos do procedimento de hasta pública.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com o voto a favor do Senhor Presidente, quatro votos a favor dos Vereadores do PSD, três votos a favor dos Vereadores do PS e a abstenção do Vereador Eng.º Joaquim Jorge, aprovar a proposta apresentada. =====

===== CONTRATAÇÃO PÚBLICA =====

===== PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA NO TRABALHO (I/59366/2013): Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos do artigo 75º, da Lei n.º 66-B/2012 (LOE 2013), de 31 de dezembro, carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que, tendo por base a RQI n.º 1333/13, se torna necessário proceder à contratação da “Prestação de Serviços de Medicina no Trabalho”, pelo período de 36 meses; - Que a referida contratação tem por base o cumprimento da legislação em vigor em matéria de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, designadamente, Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, artigos 161.º a 166.º; - Que os referidos serviços terão como objetivos a promoção e vigilância da saúde dos trabalhadores do Município de Oliveira de Azeméis; a organização, elaboração e atualização de fichas clínicas de aptidão de cada trabalhador; a elaboração de exames de admissão, periódicos ou ocasionais e ainda a manutenção dos registos clínicos e outros elementos informativos relativos a cada trabalhador; - Que a necessidade de uma prestação de serviços para o efeito decorre da obrigatoriedade das consultas e exames serem efetuados por médicos especializados em Medicina no Trabalho ou que cumpram o estipulado no artigo 172.º da Lei n.º 59/2008; - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida na Deliberação n.º I/3649/2013, referente ao Pedido de Parecer Prévio favorável Genérico, pelo que necessita da respetiva autorização/parecer prévio favorável; - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - Que à natureza e ao objeto da aquisição de serviços não se revela aplicável à verificação da existência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; não se mostrando, ainda, também exigível a verificação desta situação dado que ainda não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 2, do artigo 33-A, da Lei n.º 53/2008 e respetivas alterações; - Que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para celebração do referido contrato é de € 34.997,00 (trinta e quatro mil, novecentos e noventa e sete euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo a verba distribuída do seguinte modo: para o ano de 2013 (outubro a dezembro) prevê-se uma verba de € 2.916,42 (dois mil, novecentos e dezasseis euros e quarenta e dois cêntimos) e para o ano de 2014 prevê-se uma verba de € 11.665,68 (onze mil, seiscentos e sessenta e cinco euros e sessenta e oito cêntimos), para o ano de 2015 prevê-se uma verba de € 11.665,68 (onze mil, seiscentos e sessenta e cinco euros e sessenta e oito cêntimos) e para o ano de 2016 (janeiro a setembro) prevê-se uma verba de € 8.749,26 (oito mil, setecentos e quarenta e nove euros e vinte e seis cêntimos). A todos estes valores acresce o IVA à taxa legal em vigor; - Que, nos termos do n.º 1 do artigo 75º, da LOE 2013, o presente procedimento não está sujeito à aplicação da redução remuneratória; - Que o valor referente ao ano 2013 encontra-se cabimentado na rubrica 020222, pela Proposta de

Cabimento n.º 848/13 (I/49549/2013) e Registo de Enquadramento Financeiro n.º 1292/13; - Que, nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea a), do artigo 20.º, do CCP, propõe-se a adoção de um ajuste direto em regime geral, por não se considerar necessário e exigível o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, da economia e da eficiência processual. Submete-se ao Órgão Executivo o presente Pedido de Parecer Prévio para que o mesmo obtenha deliberação favorável para abertura de procedimento de aquisição da “Prestação de Serviços de Medicina no Trabalho”, por ajuste direto com convite à apresentação de proposta à (s) entidade (s) que reúnam as condições, capacidade instalada e qualidade do serviço demonstradas, de acordo com a aprovação do órgão/entidade que tem competência para a autorização da despesa e decisão de contratar.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== PEDIDO DE PARECER PRÉVIO (ADENDA) – ALUGUER DE SALAS MODULARES (DE SETEMBRO DE 2013 A JUNHO DE 2014) (I/59009/2013): *Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A aprovação da Proposta de Deliberação n.º I/47782/2013, na reunião do Órgão Executivo de 18 de junho de 2013, referente ao Parecer Prévio Vinculativo Favorável; - Que, face à necessidade de se proceder à mudança da localização de duas salas modulares na escola EB1 Fonte Joana, dentro do recinto escolar, torna-se necessário proceder à retificação do preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante e, conseqüentemente, alterar o valor referente à aplicação da redução remuneratória; - Que o valor estimado (Preço Base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a celebração do referido contrato é agora de 31.711,50 € (trinta e um mil setecentos e onze euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, encontrando-se cabimentado na Proposta de Cabimento n.º 988/2013 e Registo de Enquadramento Financeiro n.º 1196; - Que por ser um procedimento com o mesmo objeto de contrato vigente em 2012, está sujeito à aplicação de redução remuneratória no valor de 10%, nos termos do estatuído no n.º 1 e 2 do artigo 75.º da LOE 2013, passando o Preço Base do procedimento anteriormente apresentado (28.000,00 €) a ser de 28.540,35 € (vinte e oito mil quinhentos e quarenta euros e trinta e cinco cêntimos), para um período de vigência de 10 meses, prevendo-se que a verba seja distribuída do seguinte modo: para o ano de 2013 (de setembro a dezembro) prevê-se uma verba de 11.740,35 € (onze mil setecentos e quarenta euros e trinta e cinco cêntimos), e para o ano de 2014 (de janeiro a junho) prevê-se uma verba de 16.800,00 € (dezasseis mil e oitocentos euros). A todos estes valores acresce IVA à taxa legal em vigor; Submete-se ao Órgão Executivo a presente adenda ao pedido de parecer prévio presente no documento I/47782/2013 para que o mesmo obtenha deliberação favorável para abertura de procedimento de aquisição do serviço de “Aluguer de Salas Modulares (de Setembro de 2013 a*

Junho de 2014”, por ajuste direto com convite à (s) entidade (s) que reúnam as condições, capacidade instalada e qualidade do serviço demonstradas, de acordo com a aprovação do órgão/entidade que tem competência para a autorização da despesa e decisão de contratar.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Porque não constavam da Ordem de Trabalhos foram de seguida analisados e votados ao abrigo da parte final do artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os assuntos que se seguem:** =====

===== **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO DENOMINADO “LOVE CLUBE” – ÉPOCA DE VERÃO ATÉ FINS DO MÊS DE SETEMBRO (I/59998/2013):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - De acordo com o artigo 13.º, n.º 1 do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, a Câmara Municipal poderá largar os limites fixados no Regulamento referido; - O estabelecimento em causa já teve autorização de alargamento do horário de funcionamento, em reunião de 22/11/2011, para praticar o seguinte horário, das 12:00 horas às 04:00 de sexta para sábado; de sábado para domingo, de domingo para segunda-feira e vésperas de feriados, cujo mapa de horário se encontra válido até 03/11/2014. - Veio agora a firma Cenário Boémio, Unipessoal Lda., solicitar outro pedido de alargamento do horário de funcionamento complementar, durante a época de verão até fins do mês de setembro, para estabelecimento mencionado em assunto, sito na Praça da Liberdade, nº 400 – Cesar, o qual tem como atividade principal - Bar, para a prática do horário seguinte: Quinta-feira e Domingo, das 12:00 até às 03:00 horas e sexta-feira e sábado das 12:00 horas até às 05:00 horas. - O processo encontra-se instruído com a documentação exigida no artigo 13.º do Regulamento de Mapas de Horário. - Não existe qualquer tipo de denúncia relativamente a ruídos do referido estabelecimento. Pelo exposto, submeta-se a presente situação à Câmara Municipal para decisão do pedido supra - referido.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PARECER PRÉVIO – PROSPECÇÃO GEOQUÍMICA DE SOLOS CASTRO DE UL (I/60175/2013):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que nos termos do artigo 75º, da Lei n.º 66-B/2012 (LOE 2013), de 31 de dezembro, carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que tendo por base a RQI n.º 1545 (I/56435/2013), se torna necessário assegurar a aquisição de serviços para prospeção geoquímica de solos a efetuar no Castro de Ul, lugar do Crasto, Ul. – Que, o objetivo é o de

realizar campanha de prospeção aplicada à arqueologia amostrando 100 locais numa malha de 10x10m para caracterização geofísica (resistividade 3D) e geoquímica de solos; - Que, a 18 de julho de 2013, foi celebrado um Protocolo de Colaboração entre a Universidade de Aveiro (UA) – Departamento de Geociências e o Município de Oliveira de Azeméis (MOA), tendo o mesmo a duração de 5 anos, podendo ser renovado, se não for por qualquer das partes denunciado com a antecedência de 90 dias; - Que os trabalhos, a realizar ao abrigo do referido Protocolo, são especializados e para os quais o MOA não tem meios humanos, técnicos e materiais; - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida na Deliberação n.º I/3649/2013, referente ao Pedido de Parecer Prévio favorável Genérico, dado não se verificar o cumprimento dos requisitos cumulativos na sua totalidade, designadamente no que respeita ao objeto e ainda no que respeita à duração do mesmo (superior a 20 dias), pelo que necessita da respetiva autorização/parecer prévio favorável; - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - Que a natureza e o objeto da aquisição de serviços não se revelam aplicável à verificação da existência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; não se mostrando, ainda, também exigível a verificação desta situação dado que ainda não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 2, do artigo 33-A, da Lei n.º 53/2008 e respetivas alterações; - Que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a celebração do referido contrato é de 1.622,52€ (mil, seiscentos e vinte e dois euros e cinquenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; - Que por ser um procedimento com a mesma contraparte de contrato vigente em 2012, está sujeito à aplicação de redução remuneratória no valor de 3,5%, nos termos do estatuído no n.º 1 e 2, do artigo 75.º, da LOE 2013, passando o preço base do procedimento apresentado (1.622,52€) a ser de 1.565,73€ (mil, quinhentos e sessenta e cinco euros e setenta e três cêntimos). Aos valores mencionados acresce IVA à taxa legal em vigor; - O referido valor encontra-se cabimentado na rubrica 020220, pela Proposta de Cabimento n.º 997 e Registo de Enquadramento Financeiro n.º 1409. - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea a), do artigo 20.º, conjugado com o artigo 128.º, do CCP, propõe-se a adoção de um ajuste direto em regime simplificado, por não se considerar necessário e exigível o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, da economia e da eficiência processual. Submete-se ao Órgão Executivo o presente pedido de parecer prévio para que o mesmo obtenha deliberação favorável para abertura de procedimento de aquisição de serviços para "prospeção geoquímica de solos a efetuar no Castro de Ul", por ajuste direto com convite à Universidade de Aveiro - Departamento de Geociências. Na eventualidade de se verificar a necessidade de ser assumido compromisso plurianual, este já mereceu aprovação prévia da Assembleia Municipal na rubrica "020220 Outros Trabalhos Especializados" (Orçamento e

Grandes Opções do Plano 2013 – I/106357/2012). Mais se declara que, de acordo com os dados e elementos conhecidos pelo Município, a esta data não existe qualquer situação de conflito de interesses, que possa pôr em causa a transparência do processo, designadamente, que não existe relação ou participação na empresa com a qual se propõe a celebração dos referido contrato de ex-colaboradores do Município, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== CONCURSO PÚBLICO PARA RECOLHA, TRANSPORTE E DEPOSITÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E LIMPEZA URBANA – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO (I/60556/2013): *Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: Que por deliberação de 16 de julho de 2013 foi adjudicada ao Consórcio E COREDE/ REDE AMBIENTE , com sede em Vila Verde de Raia, município de Chaves, a prestação de serviços para Recolha, Transporte e Deposição de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Urbana, proponho: A aprovação da minuta do contrato da referida prestação de serviços, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, de acordo com o estabelecido no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== EMPREITADA DE “PARQUE DO CERCAL – CAMPUS PARA A INOVAÇÃO, COMPETITIVIDADE E EMPREENDEDORISMO QUALIFICADO” – AUTO N.º 11 TC (I/60530/2013): *Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “Costa & Carvalho, S.A.”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º 11 no valor de € 141.787,26 (cento e quarenta e um mil setecentos e oitenta e sete euros e vinte e seis cêntimos), ao qual acresce o IVA. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo, autorizando assim o seu pagamento. =====*

===== REUNIÕES MÊS DE AGOSTO: *A Câmara deliberou por unanimidade de que no mês de Agosto apenas se realizará uma reunião, a qual terá lugar no dia 30 de Agosto de 2013 e será pública. =====*

REUNIÃO PÚBLICA MENSAL – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

===== *Pelo Senhor Presidente em exercício, Dr. Ricardo Tavares, foi declarado aberto o período de intervenção do público, tendo usado da palavra o munícipe Sr. Artur Costa, o qual passou a ler o seguinte sobredito: “Ex.mos Srs. Presidente da Câmara e Vereadores, para todos as costumadas e devidas saudações. Apesar dos variadíssimos comentários e opiniões*

sobre as candidaturas à Câmara Municipal, não menos importante é o que nos irá reservar “as corridas às Juntas de Freguesia”, nomeadamente quanto aos habitantes que nelas estão inseridos. Recebi em meados do mês uma notificação eleitoral vinda da Direção Geral de Administração Interna com a data de 07 de Junho, através da qual oficialmente fiquei a saber que serei eleitor na freguesia de recenseamento com a denominação de União das Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Macinhata da Seixa e Madail. Certamente que por desatenção minha, apesar de saber que estava a decorrer uma reorganização administrativa das freguesias, não me apercebi a nível local qual tinha sido o resultado a que se chegou. Relativamente às candidaturas para os respetivos cargos continuo ignorante. Em tempos atrás nunca poderia ter aceitado para desempenhar qualquer cargo, até porque profissionalmente estava impedido e no tribunal aprendi que as discussões e decisões nunca eram vitórias; são batalhas em que ninguém ganha a guerra e “fica com menos do que o que tinha”. No nosso caso, uma freguesia passou a ser, ou melhor dizendo, um conjunto de quatro. Não sei como irá funcionar a elaboração das listas, mas há um aspeto que me intriga: o próximo presidente terá encargos com mais responsabilidade que alguns presidentes de Câmara. E qual o benefício? Atribuição de maior vencimento? Nem só disso se vive. Sei que V. Exas. poucas intervenções ou responsabilidades tiveram nessas decisões mas o certo é que ela existe e não me admiraria se não aparecessem candidatos suficientes, tal como está a acontecer na UDO, que não será mais difícil de governar que a próxima Junta de Freguesia. É que presentemente ser dirigente ou autarca é assumir responsabilidade pessoal e o ir ver o sol aos quadradinhos não será grande coisa. E isso vai acontecendo ao que teriam obrigação de o evitar... Mesmo assim, o próximo presidente da Câmara não virá a ter menos audiências apesar da redução do número de freguesias e conseqüentemente menos presidentes de junta mas mais atarefados. A ver vamos, como diz a sabedoria popular. No passado sábado teve lugar o jantar comemorativo dos 66 anos da Sociedade Columbófila de Azeméis, com inclusão da distribuição de prémios da coletividade e bem assim do campeonato de Fundo da Cidade, pela primeira vez organizado com o patrocínio da edilidade. Foi uma reunião de mais de 150 amigos e familiares, o que chamou a atenção das entidades presentes, nomeadamente do Dr. Pedro Marques que reiterou mais uma vez que a Câmara procura apoiar as coletividades e as relativas à columbofilia não foram esquecidas. Bem haja! Aproveito para informar que a distribuição de prémios relativos ao campeonato concelhio terá lugar no último sábado de Setembro, sendo comunicado oficialmente com brevidade. Porém a minha vinda aqui hoje tem por finalidade principal a todos desejar boas férias com boa saúde e descanso, já que todos o merecem quer a nível pessoal como autárquico, não esquecendo os funcionários e demais oliveirenses, a quem saúdo na generalidade. Boas férias!” Seguidamente usou da palavra o munícipe Senhor Ângelo Freitas, proprietário de alguns imóveis na Zona Industrial de Oliveira de Azeméis. Continuando a sua intervenção o munícipe disse que é proprietário do edifício onde funcionou a “Folha Cultural”, fez algumas obras de manutenção e depois tentou legalizar as obras feitas pelo antigo arrendatário, mas qual não foi o seu espanto quando se deparou com uma taxa no valor de

€2.200,00 para pagar. Deste modo pediu que a Câmara Municipal tivesse em consideração o terreno que cedeu gratuitamente para a abertura do arruamento. Disse também que a Câmara Municipal deve apoiar quem quer investir no concelho. Posteriormente usou da palavra o munícipe Senhor Constantino Francisco, residente na Rua dos Marinheiros, freguesia de Ossela, que questionou se o Senhor Presidente tinha ou não conhecimento das obras levadas a cabo no Crasto de Ossela, dado que cedeu terreno para a execução das obras. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Senhor Manuel Londreira, que começou por expor o trabalho da associação de que faz parte e da ponte de inovação que quer fazer entre o Brasil e Portugal. Disse que a associação também atravessa uma crise financeira, associação esta que tem mais de oitenta inventores, muitos dos quais não pagam as quotas porque estão desempregados. Disse ainda que o objetivo é abrir caminho para as empresas, é um projeto interessante para o nosso país exportar cada vez mais, esta associação pode ser uma entidade muito boa para os municípios, pelo que anda a angariar fundos junto das empresas, instituições e municípios. A Câmara registou. =====

===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 92º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro. =====

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 11h e 45m, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,
, na qualidade de secretária a redigi. =====